

La primera fase de la producción didáctica para la enseñanza de historia en Brasil: consideraciones sobre la materialidad de las obras (1870 – 1960)

A primeira fase da produção didática para o ensino de história no Brasil: considerações sobre a materialidade das obras (1870 – 1960)

The early phase of didactic production for the teaching of history in Brazil: considerations on the materiality of the works (1870 – 1960)

Lisiane Sias Manke¹

Resumen

Entre las posibilidades investigativas que tiene el libro didáctico como objeto de pesquisa está el análisis de la materialidad del libro, abordaje que amplía y complica las problematizaciones relativas a los procesos de producción, circulación y uso de las obras didácticas. Este artículo se ocupa, en un primer momento, de apuntar posibilidades de investigación en libros didácticos de historia y, en un segundo momento, de volver el análisis hacia un conjunto específico de estos libros publicados desde 1870 hasta el final de la década de 1960, considerando la materialidad de las obras frente a la propuesta pedagógica para la enseñanza de historia. El análisis de este conjunto de 150 obras permite estimar que había una conformidad entre materialidad y propuesta pedagógica de los libros didácticos de historia, que respondían a los proyectos educativos del período.

Palabras clave: historia de la educación, acervos, libros didácticos de historia, materialidad

Resumo

Dentre as possibilidades investigativas que tomam o livro didático como objeto de pesquisa está a análise da materialidade do livro, abordagem que amplia e complexifica as investigações que envolvem os processos de produção, circulação e uso das obras didáticas. Este artigo ocupa-se, em um

¹ Lisiane Sias Manke – é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Correo electrónico: Lisianemanke@yahoo.com.br

primeiro momento, em apontar possibilidades de pesquisa em livros didáticos de história e, num segundo momento, centra a análise em um conjunto de livros didáticos de história com datas de publicação de 1870 até o final da década de 1960, considerando a materialidade das obras ante a proposta pedagógica para o ensino de história. A análise do conjunto de 150 obras permite considerar que havia conformidade entre materialidade e proposta pedagógica dos livros didáticos de história, que respondiam aos projetos educacionais do período.

Palavras-chave: história da educação, acervos, livros didáticos, materialidade

Abstract

Among the investigative possibilities that take the textbooks as the object of research is the analysis of the materiality of the textbook, an approach that broadens and complexifies the problematization that involve the processes of production, distribution and use of textbooks. This articles firstly aims at pointing out the research possibilities in History textbooks and, secondly, centralizes the analysis in a set of History textbooks published between 1870 until the end of the 1960s, considering the materiality of the textbooks before the pedagogical proposal for the teaching of History. The analysis of this set of 150 books enables considering that there was some compliance between the materiality and the pedagogical proposal of the History textbooks, which responded to the educational projects of the so-mentioned period.

Keywords: history of education, archives, history textbooks, materiality

Introdução

Os livros didáticos fazem parte da cultura escolar brasileira desde o século XIX, quando sua produção foi iniciada (Bittencourt, 1993), até os dias atuais, cumprindo importante papel para formação de leitores em diferentes instâncias formativas. As investigações que se ocupam em estudá-los têm contribuído sobremaneira para compreender os processos educacionais, as mudanças e permanências nos métodos pedagógicos, a história das disciplinas escolares, as práticas autodidatas que tomam o livro didático como suporte de leitura, entre outras questões que a análise dos textos e dos usos permitem desvendar. Dentre as possibilidades investigativas está a análise da materialidade dos livros didáticos, ampliando e complexificando as investigações que envolvem os processos de produção, circulação e uso das obras didáticas, ao entender-se que: “[...] não existe texto fora do suporte que o dá a ler

e que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega a seu leitor” (Chartier, 1990: 127).

Este artigo ocupa-se, em um primeiro momento, em apontar possibilidades investigativas em um acervo de livros didáticos de história e, num segundo momento, centra a sua análise em um conjunto de livros didáticos de história com datas de publicação de 1870 até o final da década de 1960, considerando a materialidade das obras ante a proposta pedagógica da época para o ensino de história. A escolha por esta delimitação temporal está relacionada ao formato das obras apontadas, pois não se observa alterações significativas na materialidade dos livros didáticos publicados no Brasil até o final da década de 1960. Sendo somente a partir da década de 1970 a ocorrência da renovação no formato e nos projetos gráficos, até esse período, de modo geral, os livros produzidos no país possuem formato *in octavo*, com presença de imagens bastante reduzida, assim como escassos dispositivos coloridos nos textos. A partir das características materiais dos livros, delimitou-se esta como a primeira fase de produção de livros escolares de história no Brasil.

Em termos metodológicos, analisou-se um conjunto de 150 livros didáticos de história produzidos nesta primeira fase (1870 – 1960), destes, destaca-se alguns títulos como exemplo das questões que estão sendo analisadas. O conjunto de livros em evidência compõe um acervo mais amplo, salvaguardado pelo Laboratório de Ensino de História (LEH), vinculado ao Instituto de Ciências Humanas (ICH), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). O LEH se constitui como núcleo de organização e preservação de materiais didáticos históricos e atuais, que abarca vários subprojetos em três frentes: ensino, pesquisa e extensão. As ações são desenvolvidas na forma de eventos, oficinas, grupos de estudo, produção de materiais didáticos, disponibilização do acervo bibliográfico para pesquisa e subsídio para as práticas escolares, publicações e outros produtos acadêmicos. Neste sentido, as práticas de ensino e pesquisas históricas são potencializadas a partir de quatro acervos: I) Livros didáticos de História; II) Livros paradidáticos de História; III) Revistas de conteúdo histórico; III) Jogos didáticos de História. Este texto destaca apenas as questões que envolvem o acervo I, constituído pelos livros didáticos de História, e, de modo mais específico, centra a análise em 150 livros que compõem o conjunto I deste acervo, formado pelas obras mais antigas, publicadas até o final da década de 1960.

A possibilidade de contar com este acervo organizado e catalogado contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento deste estudo, considerando que a rarefação de acervos de livros didáticos é um aspecto embaraçador para os pesquisadores, que precisam localizar suas fontes nos mais variados locais. Para Choppin (2002), esse fato está relacionado com a característica efêmera das obras, descartadas facilmente, e percebidas, por vezes, como de menor valor. De modo que o descarte facilitado soma-se à ausência de políticas públicas sistemáticas, contínuas e organizadas de manutenção de acervos, capazes de inventariar a

ampla produção de obras didáticas ao longo dos anos; a esse respeito Galvão e Batista (2003) consideram:

No caso brasileiro, depara-se, de modo geral, com a ausência de acervos específicos de manuais escolares, o que gera, para os pesquisadores, um sobre-esforço na localização dos livros em acervos não especializados, onde não estão, via de regra, catalogados, além de gerar várias limitações à pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao restabelecimento do circuito da produção dos livros: mesmo nos exemplares localizados, faltam referências quanto ao número e à data das edições, às tiragens, além daqueles que estão parcialmente danificados, sem capa, sem folha de rosto, etc. (Galvão & Batista, 2003: 172).

Contudo, as pesquisas que envolvem livros didáticos têm crescido significativamente no Brasil, paralelamente à preocupação com a constituição de acervos especializados, como indicam estudos clássicos na área (Munakata, 1997; Batista, 1999; Bittencourt, 1993). Em relação aos acervos, algumas iniciativas são exemplares em termos internacionais, como o *Centro de Investigación Manes* (Madrid/Espanha), vinculado à Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), dedicado aos manuais escolares produzidos na Espanha, em Portugal e na América Latina, especialmente nos séculos XIX e XX; o *Banque de Données Emmanuelle* (França), desenvolvido no Departamento de História da Educação do Institut National de Recherche Pédagogique (INRP), desde 1980, que reúne a produção nacional francesa de manuais escolares desde 1789. No Brasil destaca-se, pelo número de obras catalogadas, o *Banco de Dados Livros Escolares Brasileiros – Livres*, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), que realiza o recenseamento dos livros didáticos produzidos no país de 1810 aos dias atuais. Outras iniciativas, ainda que de menor envergadura, mas de significativa relevância, vêm sendo desenvolvidas em diversos centros de pesquisa do Estado brasileiro, no sentido de estabelecer uma política de coleta, tratamento e salvaguarda de obras didáticas. Um exemplo desse trabalho realizado é o Laboratório de Ensino de História – LEH, que vem ocupando-se da coleta e aquisição de obras didáticas específicas para o ensino de história, dentre outros materiais destinados a divulgar o conhecimento histórico.

A seção a seguir aponta para algumas possibilidades investigativas no acervo de livros didáticos de História do LEH que possam contribuir para História da Educação e para a História do Ensino de História no Brasil. A segunda seção ocupa-se em analisar os livros do conjunto I desse acervo, evidenciando a característica da materialidade das obras publicadas no período de constituição e consolidação do código disciplinar² de história no Brasil.

² Fernández Cuesta (1998: 8), considera "código disciplinar" como "una tradición social que se configura históricamente y que se compone de un conjunto de ideas, valores, suposiciones e rutinas, que legitiman la función educativa atribuida a la Historia y que regulan el orden de la práctica de su enseñanza".

Possibilidades investigativas no acervo evidenciado

O acervo dos livros didáticos do LEH, atualmente, possui 1.657 exemplares direcionados ao ensino de História. As obras deste acervo estão separadas em cinco coleções: I) Livros didáticos de História publicados até 1969; II) Livros didáticos de História publicados até 2006; III) Livros didáticos de História Atuais; IV) Livros didáticos de História Anos Iniciais; V) Cadernos de atividades e Manuais do professor. O recorte temporal que define a organização especialmente, até o final dos anos de 1960, no que se refere à materialidade destas (formato, impressão, imagens), e a ausência de alguns dados bibliográficos (ano de publicação, adiantamento escolar a que se destina, editora, entre outros), o que exige um processo de catalogação diferenciado.

A Coleção I, de livros didáticos de História publicados até 1969, é composta por 158 livros, que apresentam semelhança em relação ao formato, e representam a primeira fase da produção tipográfica de livros didáticos para a disciplina de história. Destes, 150 livros são em língua portuguesa, e os demais 8 em língua estrangeira (francês, italiano, alemão e espanhol), neste texto analisa-se os livros em língua portuguesa desta coleção. Conforme Bittencourt (1993: 106), a análise do catálogo de livros didáticos de 1885 possibilita afirmar que na década de 1880 tem-se no Brasil o predomínio da produção de livros didáticos nacionais, em detrimento dos livros estrangeiros, embora muitos dos manuais permanecessem sendo impressos no exterior. Em consonância com o que indica a autora, o livro mais antigo da coleção I foi publicado em 1851, em Paris, uma obra em língua francesa de história geral, intitulada "Cours d'Historie", sem indicação de autoria. O segundo livro mais antigo foi publicado em 1875, de autoria de Mr. Guizot, pela Livraria de A. M. Pereira, em Lisboa, intitulado "História da Civilização na Europa". A coleção registra obras publicadas no Brasil somente a partir da década de 1890, é o caso do livro de R. Villa-Lobos, intitulado "História do Brasil", publicado em 1891, pela Companhia Typographica do Brazil, em sua 3ª Edição. A presença destes livros no acervo coloca-se em conformidade com o que aponta o estudo de Bittencourt (1993) em relação ao início da produção didática para o ensino de história no Brasil ser mais recorrente a partir das últimas décadas do século XIX.

A tabela que segue apresenta a coleção I a partir da década de publicação das obras:

Tabela 1
Dados da Coleção I do acervo de livros didáticos do LEH

Década de Publicação	Quantidade de Livro
1850	1
1870	1
1880	2

1890	5
1900	7
1910	7
1920	15
1930	18
1940	24
1950	22
1960	31
Sem data de publicação	25
TOTAL:	158

Fonte – da autora

Dos 158 livros que compõem a coleção, a maioria, 84 livros, apresenta conteúdo específico de História do Brasil, assinados por 52 diferentes autores. As obras podem ser classificadas pelo conteúdo que veiculam, como: História Geral, História do Rio Grande do Sul, Educação Moral e Cívica e História Sagrada. Assim, observa-se um vasto campo de possibilidades investigativas, que versam desde as concepções que nortearam a constituição dos conteúdos de história do Brasil, até os autores que se ocuparam dessas produções, suas profissões e motivações pessoais para tal empreitada (considerando que os primeiros cursos superiores de história no Brasil foram criados apenas na década de 1930). Ainda, para colocar em evidência algumas possibilidades de pesquisa, destaca-se dez obras de autoria de Joaquim Silva, publicadas pela Editora Nacional, em três diferentes décadas, o que possibilita, por exemplo, um estudo longitudinal da produção deste autor. Outras seis obras de autoria de Afonso Guerreiro Lima, autor e professor gaúcho, publicadas pela Livraria do Globo nas décadas de 1920, 1930 e 1940, podem oferecer importante contribuição para pesquisas sobre a produção de livros didáticos de História no Rio Grande do Sul, estado localizado no sul do Brasil. Ainda, a título de exemplo, o acervo possui seis livros de autoria de Rocha Pombo, publicados nas décadas de 1910, 1920 e 1940. Autor de grande reconhecimento na produção didática, Pombo foi premiado em 1899, pela Diretoria Geral de Instrução Pública, pela produção do *Compêndio de História da América*, que concretizou uma visão fundamentada no espaço americano, dissonante no conjunto da produção historiográfica que se pautava na produção europeia. (Bittencout, 1993: 187). Na próxima seção deste texto, os aspectos relativos à materialidade das obras serão explorados de forma mais específica.

A Coleção II, de Livros didáticos de História publicados até 2006, composta por publicações a partir de 1970 até o ano de 2006, contém 835 obras destinadas às séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Entre elas encontram-se produções de 119 autores, possibilitando perceber o vasto campo de produção de livros didáticos de história, especial-

mente a partir da segunda metade do século XX, com a criação dos programas nacionais de aquisição de materiais didáticos e a ampliação do acesso à escola pública, o que, consequentemente, motivou um número maior de autores a dedicar-se à produção de obras didáticas. Uma análise rápida permite observar que determinados autores se ocupam da produção de textos didáticos há décadas. É o caso, por exemplo, de Gilberto Cotrim. O acervo possui 160 livros didáticos somente deste autor, publicados entre 1982 e 2005. Neste período, ele apresenta uma produção vasta e diversificada e, sendo a análise dos títulos por si só propositiva, é possível citar entre eles: "OSPBB – Para uma Geração Consciente"; "Estudos de Moral e Civismo"; "História do Brasil – Nova Consciência"; e "Saber Fazer História". Pode-se inferir que o autor, com o tempo, foi contemplando novas abordagens teóricas e aderindo às mudanças socioculturais e políticas que emergiram no final do século XX. Outras tantas questões poderiam ser colocadas em relação à trajetória dos autores de obras didáticas, somente a partir do acervo em evidência.

A Coleção III, de livros didáticos de História Atuais, é composta por obras publicadas de 2007 a 2018, e possui 347 exemplares direcionados aos anos finais do Ensino Fundamental e Médio. Esses livros são direcionados para, além das pesquisas, auxiliar na elaboração de projetos de ensino, realizados por alunos do curso de licenciatura em História. De modo geral, esse conjunto de livros possui ampla circulação nas escolas públicas, pois são títulos que compõem o catálogo de obras do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), política de aquisição e distribuição de livros didáticos para todo território nacional³.

A Coleção IV, com livros didáticos de história Anos Iniciais, possui 240 obras direcionadas da 1ª à 4ª série, ou conforme a estrutura atual, de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com datas de publicação entre os anos de 1970 e 2011. A análise desses livros possibilita observar, dentre outros aspectos, que houve uma renovação dos conteúdos se comparados aos textos de Estudos Sociais, pois contemplam conceitos básicos da área, como tempo e espaço, incluem temas ligados ao multiculturalismo, e possuem uma variedade de atividades lúdicas. Uma possibilidade de estudo envolvendo estes livros é a análise de possíveis rupturas e/ou permanências, textuais, iconográficas ou materiais dos livros, na passagem das séries iniciais para as séries finais do Ensino Fundamental.

A Coleção V, de Cadernos de atividades e Manuais do professor, contempla 77 livros. Observa-se que em edições mais recentes estes materiais fazem parte das obras didáticas, mas era comum serem produzidos separados dos livros didáticos. Tais alterações estão relacionadas às exigências impostas pelo PNLD, que tem indicado a produção de coleções

³ O PNLD é um programa do governo federal criado em 1985, que progressivamente garantiu a distribuição universal e gratuita de livros didáticos de todas as disciplinas para alunos de Ensino Fundamental e Médio (Sobre o assunto ver: Cassiano, 2013). Em 2018, o Programa distribuiu um total de 153.899.147 livros didáticos, resultando em um investimento de R\$ 1.467.232.112,09, segundo dados disponibilizados pelo Ministério da Educação. Contudo, mudanças em relação à produção de livros didáticos estão sendo anunciadas pelo governo federal, o que, provavelmente, dará origem a uma nova fase do programa.

compostas pelo livro do aluno e do professor. Desta forma, é possível afirmar que a consagrada presença do livro didático no cotidiano escolar há mais de um século não ocorre ausente de alterações e mudanças substanciais, seja na produção, na circulação ou nos usos do livro didático.

Assim, observa-se que os estudos que envolvem livros didáticos como objeto ou fonte de pesquisa oferecem uma diversidade de abordagens e recortes que possibilitam investigações sobre diferentes perspectivas da História da Educação, e mais especificamente, no caso do acervo em evidência, sobre a constituição da disciplina de História e as práticas que permeiam seu ensino. Conforme Choppin (2004), "um interesse particular vem sendo dado, de uns vinte anos para cá, às questões referentes ao uso e à recepção do livro didático". (Choppin, 2004: 564). Contudo, para Galvão e Batista (2009: 16), os estudos que buscam compreender os processos de apropriação dos conteúdos dos manuais escolares ainda carecem de maior atenção entre as pesquisas. Nessa direção, consideram a possibilidade de diferentes abordagens investigativas que se ocupem de compreender este complexo produto cultural – o livro didático –, em suas variadas dimensões: no que tange à produção, à circulação, aos projetos editoriais, aos métodos propostos, à trajetória dos autores, às estratégias editoriais, aos programas e avaliações nacionais, à legislação educacional que incide na produção didática, ao uso escolar e não escolar, entre outros. Ou seja, como nos ensina Robert Darnton (1990), estudos que contribuam para a abrangência do circuito de comunicação do livro, compreendendo-o como um todo, e assim, ampliando as pesquisas mais recorrentes que se ocupam em analisar os aspectos ideológicos do texto didático. Desse modo, as pesquisas passam a ocupar-se da relação que se estabelece em torno da produção, circulação e uso do livro didático, como destaca Darnton (1990): "um circuito de comunicação que vai do autor ao editor (se não é o livreiro que assume esse papel), ao impressor, ao distribuidor, ao vendedor e chega ao leitor. O leitor encerra o circuito porque ele influencia o autor tanto antes quanto depois do ato de composição". (Darnton, 1990: 112).

Por conseguinte, é a análise investigativa desses materiais que os transforma em documentos históricos; o documento requer questionamento, problematização, desconstrução, requer o olhar atento e comprometido do pesquisador. Portanto, compreende-se que salvar guardar não basta, embora seja de primordial importância a constituição de acervos. É necessário empreender no sentido de transformar esse produto cultural complexo – o livro didático – em documento histórico.

A primeira fase da produção tipográfica de livros didáticos no Brasil

Com suporte teórico em Chartier (2014) é possível dizer que as formas produzem sentidos, ou seja, a apropriação de um texto está vinculada também à materialidade do impres-

so, que confere a ele uma forma fixa. Nessa direção, ao buscar compreender os sentidos produzidos pelo leitor de um texto, ou mesmo, os sentidos que autor e editor desejam estabelecer para o leitor-visado, o trabalho investigativo requer considerar a textualização (*mise en texte*) e as formas de publicação (*mise en page*)⁴. Ao problematizar o acervo em evidência, centra-se a análise nas formas de publicação dos livros didáticos de história produzidos no Brasil, entre o final do século XIX e primeira metade do século XX. Conforme Frade & Maciel (2006) a análise dos livros didáticos requer um olhar atento, não restrito aos textos, ao conteúdo, às ideologias impostas, mas que também se ocupe em considerar:

[...] um conjunto muito mais complexo que seu interior e exterior revelam. Ao mesmo tempo em que possuem singularidades que os destacam, os livros didáticos também se nutrem de modelos gráfico-editoriais existentes nos repertórios de livros que circulam na sociedade: tanto para rupturas, como para continuidades. Assim, pedagogia da alfabetização, cultura escrita e produção editorial se cruzam, de maneira complexa, nas páginas de um mesmo livro didático. (Frade & Maciel, 2006: 3107).

Como bem indicam as autoras, a compreensão do livro nos seus diferentes aspectos compreende também a análise da materialidade das obras. Para Munakata (2012) a materialidade se impõe ao conjunto de ideias veiculadas nesses suportes textuais, quando considera que:

Entre a enunciação das ideias e dos valores e a sua recepção, há, sempre, a mediação da materialidade do objeto-livro, que deve ser levada em conta. O livro é papel e tinta formando a mancha (a área impressa de uma página); o que ali se imprime passa por edição e copidesque (que muitas vezes introduzem alterações no texto original), revisão e preparação de texto, que, então, é organizado em páginas (paginação), de acordo com um projeto editorial; as páginas formam cadernos de um certo formato, que são colados ou costurados e encadernados, recebendo procedimentos de acabamento editorial e gráfico; para, finalmente, ser distribuído, e (eventualmente) lido. (Munakata, 2012: 183-184).

Bittencourt (2015: 71), referindo-se à complexidade do livro didático, destaca a relevância em compreender o livro como um objeto da indústria cultural, que obedece à evolução das técnicas de fabricação e responde à lógica do mercado, próprias de uma determinada época. Quando se observar a materialidade das obras da primeira fase de produção de livros didáticos de História no Brasil, ou a "primeira geração de livros escolares" conforme expressão cunhada por Massone (2018), percebe-se que apresentam aspecto físico peculiar, significativamente diferente dos livros utilizados atualmente pelos alunos da Educação Básica. Assim, algumas questões surgem: Por que essas obras possuem formato diferente? O que motiva a mudança no formato dos livros? Qual a principal característica de suas páginas? Que relação a materialidade do suporte dos textos estabelece com a proposta pedagógica das obras?

⁴ Conforme as categorias utilizadas pela paleografia, Fraenkel (2010, apud Frade, 2012: 173) apresenta quatro níveis de análise: aspectos gráficos da escrita (*mise en écriture*), a organização da página (*mise en page*), a organização do texto (*mise en texte*) e do livro (*mise en livre*).

As pesquisas indicam que os conteúdos de história contemplados nos livros publicados no final do século XIX e primeira metade do século XX, de modo geral, aparecem organizados de modo cronológico e descritivo, narrando eventos que contribuíram para a construção da nação brasileira, ressaltam o sentimento de nacionalidade e a figura de heróis que fariam parte da memória social, partindo da concepção de história 'como mestra da vida' (Bittencourt, 1993). Para Fonseca (2011: 47), a partir dos livros didáticos e dos programas de ensino, é possível afirmar que se ensinava uma história eminentemente política, nacionalista, que exaltava a colonização portuguesa, a ação missionária da igreja e da monarquia. O prefácio das obras possibilita indicar que o leitor visado pelos autores seria, primeiramente, os professores, que direcionariam o uso dos manuais por seus alunos. O texto organizado de forma sequencial, com narrativas curtas, com destaque para o fato histórico, os heróis e as datas, seguido por quadros de resumo, privilegia uma leitura que visa a memorização do conteúdo. Conforme Fonseca (2011) ínfimas foram as alterações desses conteúdos ao longo da primeira metade do século XX.

O conjunto de 150 manuais didáticos de história que se analisa, contempla publicações datadas entre os anos de 1870 e 1969, congregando, assim, obras que ao longo de um século não protagonizaram mudanças significativas em relação à materialidade. Portanto, a escolha pelo agrupamento desses livros, tendo como delimitação o ano de publicação, está relacionada à característica da materialidade que dá suporte ao texto, considerando aspectos como o tamanho, formato, impressão e imagens, uma vez que somente a partir da década de 1970 ocorreram mudanças significativas em relação à materialidade dos livros didáticos produzidos no Brasil.

Conforme Cardoso (2005), a primeira fase do que se pode chamar de indústria gráfica no Brasil teve início na metade do século XIX, quando ocorreu a adoção de novos sistemas de produção, distribuição e consumo da produção impressa, com a implantação de inovações tecnológicas que compreendiam a difusão do papel de polpa de madeira, a mecanização das prensas tipográficas, a fundição mecânica de tipos metálicos, a composição de texto no formato linotipos e a litografia e a zincografia para a impressão de imagens. Tais aspectos contribuíram significativamente para o barateamento dos impressos e, conseqüentemente, para a ampliação do público leitor (Cardoso, 2005: 160). Conforme o autor, entre os livros que encontram crescente popularidade a partir de então, no formato brochuras, com medidas em torno de 18,5 x 13 centímetros, estão os manuais didáticos, uma demanda antiga dos mestres que se viam desamparados na tarefa de ensinar diante da escassez desses materiais⁵.

⁵ Desde as Reformas Pombalinas no Brasil a ausência de compêndios era um dos aspectos que se somava às dificuldades enfrentadas pelos primeiros professores públicos; a este respeito consultar Morais (2011).

Como bem considera Ramil (2013: 145), “o design de um livro começa com a sua forma física, o formato. O formato mais comum é o retângulo vertical, que se tornou padrão devido ao costume e à praticidade”. O conjunto de livros analisados permite definir que o formato geral dessas publicações é o retângulo vertical, com medidas de 18,5 x 13 centímetros (padrão conforme Cardoso, 2005), com pequena variação nas medidas, para mais ou para menos. Sendo livros em formato pequeno se comparados aos livros didáticos atuais.

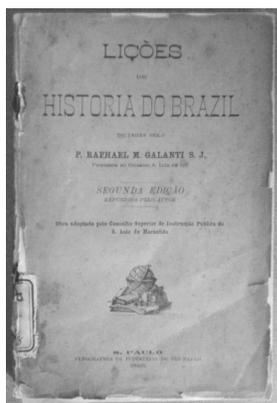


Figura I: Capa do livro “Lições de História do Brasil”, de 1895.
Acervo: LEH.

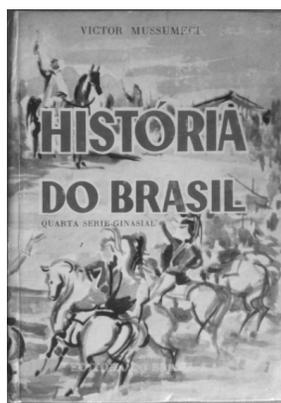


Figura II: Capa do livro “História do Brasil”, de 1960.
Acervo: LEH.

A título de exemplo, a Figura 1 apresenta a capa do livro “Lições de História do Brasil”, de autoria de Padre Raphael M. Galanti, publicado em 1895 pela Typographia Industrial de São Paulo, que possui medidas de 18 cm altura por 12 cm de largura. Na Figura 2, à direita, a capa é do livro “História do Brasil”, de Victor Mussumeci, publicado em 1960 pela Editora do Brasil S/A, com medidas de 18 cm de altura por 13,5 cm de largura. Embora haja uma distância de 65 anos de uma publicação para a outra, não se observa variação significativa no tamanho dos livros. A pequena diferença existente ocorre pelo tipo de capa: uma das obras apresenta capa dura e a outra capa flexível, o que justifica a diferença na medida da largura dos livros, pois um possui lombada e o outro não. Sendo assim, a variação das medidas está relacionada às técnicas de produção, que vão sendo alteradas ao longo deste período, a exemplo da impressão colorida e da presença de imagens na capa, enquanto o tamanho das obras se mantém.

Com relação ao número de páginas, ocorrem variações significativas a depender do ano escolar para o qual o livro se destina e do conteúdo que apresenta. Na maior parte dos casos, os livros de História Geral possuem mais páginas se comparados aos de História do Brasil, que de modo geral possuem em torno de 200 páginas. O número de páginas está relacionado

também com a composição dos cadernos, para o caso dos livros com fechamento e acabamento por cadernos. Nesse período, como indica Bittencourt (1998), os livros eram produzidos normalmente no padrão in octavo, ou seja, uma folha dobrada três vezes que formava 16 páginas (um caderno), o agrupamento dos cadernos resultava na composição final da obra. O formato in octavo, com medida aproximada de 18 x 13 cm, apresentava menor custo final, conforme Bittencourt:

Era necessário que o livro didático fosse acessível a alunos e professores, em preço e possibilidade de aquisição nos vários recantos do país. Aperfeiçoaram, por exemplo, técnicas de capas do tipo brochado e, geralmente as editoras adotaram o padrão in-8°, introduzido pela Garnier, cujo tamanho possibilitava a venda por preços mais acessíveis. (Bittencourt, 1998: 113).

Outro aspecto a ser considerado na materialidade dos livros é a mancha gráfica, “que é o espaço a ser utilizado pela composição e que se ocupa de combinar a disposição das mensagens no suporte, o encadeamento do texto e das imagens, sua diagramação, sua localização, para que façam sentido, comuniquem e deem significado ao conteúdo reproduzido” (Ramil, 2013: 157). O conjunto de livros analisados apresenta muitas semelhanças com relação à composição gráfica. Via de regra, a diagramação é compacta, as margens são pequenas, assim como o tamanho das letras, ou seja, a composição gráfica como um todo, não apresenta conforto à leitura do texto. Além da letra pequena, a cor do papel, no tom bege amarelado⁶, prejudica significativamente a legibilidade do conteúdo. Os textos são impressos em cor preta e poucas são as frases ou palavras colocadas em destaque no texto, o único recurso por vezes utilizado para tal é o negrito, normalmente para datas e nomes de vultos históricos. A figura que segue é apenas um exemplo de mancha gráfica dentre os livros analisados. Esta, apesar de algumas variações existentes, é a forma mais recorrente do uso do recurso.

As páginas da Figura III são do livro “Noções de história do Brasil”, de autoria de Affonso Guerreiro Lima, publicada em 1942 em sua 10ª edição, em tamanho 22 x 15 cm, com 184 páginas, pela livraria do Globo, localizada na cidade de Porto Alegre.

A mancha gráfica ocupa praticamente todo espaço da página, não há recuo para abertura de capítulos, apenas um título em nota de rodapé superior indica o assunto da unidade. Os textos são impressos em cor preta, com letra no tamanho de 7 pontos, as notas explicativas presentes no corpo do texto possuem tamanho de 5 pontos, e os títulos têm tamanho 9 pontos e são destacados em negrito. A distância de uma linha tipográfica para a outra, é ínfima. Deste modo, as características gráficas da obra interferem muito na legibilidade e na “leiturabilidade” (Richaudeau, 1979; 1984), dos textos deste livro.

⁶ A cor do papel pode ser decorrente do processo de envelhecimento do livro. Conforme Ramil (2013: 153), “os livros, com o decorrer do tempo e quanto mais velhos estiverem, tendem a ter as folhas amareladas e manchadas, como efeito da oxidação e evaporação natural da celulose. (...) O papel escurece também decorrente do processo de fabricação utilizado e quanto mais distante da acidez neutra, mais rapidamente se dá o processo de escurecimento do papel”.

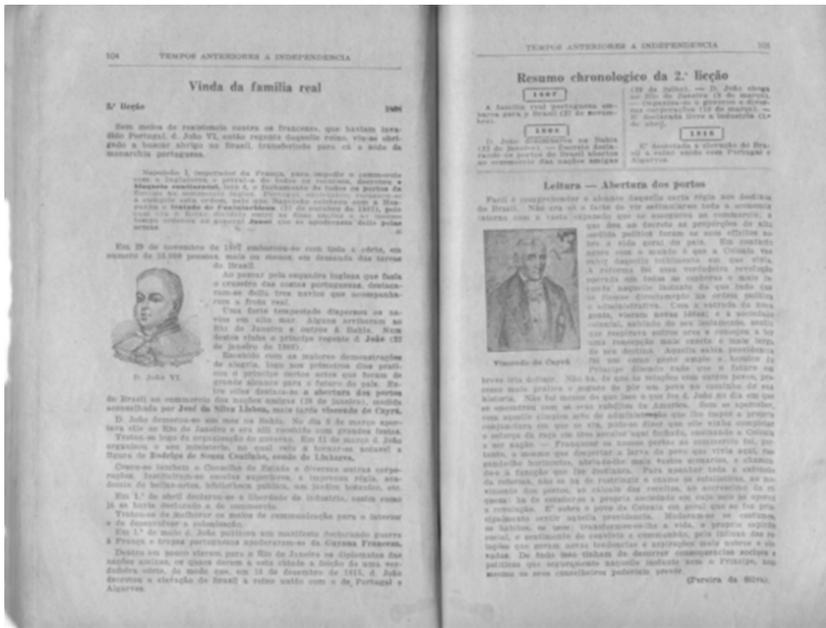


Figura III – Imagem das páginas 104 e 105, do livro Noções de história do Brasil. Fonte: Acervo LEH.

Embora esta não seja a mancha gráfica padrão em todos os livros, há poucas variações nas obras em relação ao tamanho da letra, o espaçamento entre as linhas, e o tamanho das margens. Contudo, um aspecto se observa em todos os livros analisados: a formatação do texto em linhas contínuas e não em colunas, ou seja, a página é preenchida com um texto corrido, o que torna a leitura mais densa e requer maior habilidade do público leitor. A este respeito é interessante observar as considerações de Moraes:

No caso de muitos livros escolares do final do século XIX e começo do XX no Brasil, mesmo que dirigidos a crianças em fase de alfabetização ou recém-alfabetizadas, essa configuração de página [texto corrido] os inscreve no universo da cultura letrada, que faz com que o processo de adquiri-la não pressuponha nenhuma facilitação através de uma organização visual especial e mais amigável. A escola ainda era para poucos e a educação era coisa séria a ser obtida arduamente, que o diga Graciliano Ramos. Como parte dessa cultura transmitida pelo texto, a invisibilidade de sua forma era também um pressuposto. (Moraes, 2010: 32).

Nessa cultura transmitida pelo texto escrito, pouco espaço havia para as imagens, que quando se faziam presentes nos livros didáticos era para representar personalidades históricas, ilustrar batalhas, ou mapas históricos. A ausência desse dispositivo textual na maioria das obras fazia com que algumas, que se diferenciavam neste quesito, fizessem destaque especial na capa ou contracapa a este respeito. É o caso do livro "História do Brasil", de Rocha Pombo, conforme se observa:



Figura IV – Imagem da capa do livro História do Brasil, de Rocha Pombo, de 1918.

Fonte: Acervo LEH.

Na capa se observa a frase: “Com muitos mapas históricos e gravuras explicativas”. Esta obra possui 300 páginas, nas quais foram distribuídas 191 gravuras. Destas, 129 são do busto de homens denominados como personagens da história pátria, com exceção para o busto de duas mulheres: Princesa Dona Leopoldina, e Dona Carlota Joaquina; outras 43 gravuras são quadros ilustrando batalhas ou paisagens, e as demais 19 são de gravuras diversas (bandeira nacional, monumentos, edifícios, entre outros). Ainda, há 13 mapas históricos. Quase todas as imagens do livro são em escala cinza, a exceção fica para três mapas em que há uso de cores. O tamanho das imagens e a forma com que são distribuídas no texto podem ser observadas na figura que segue:

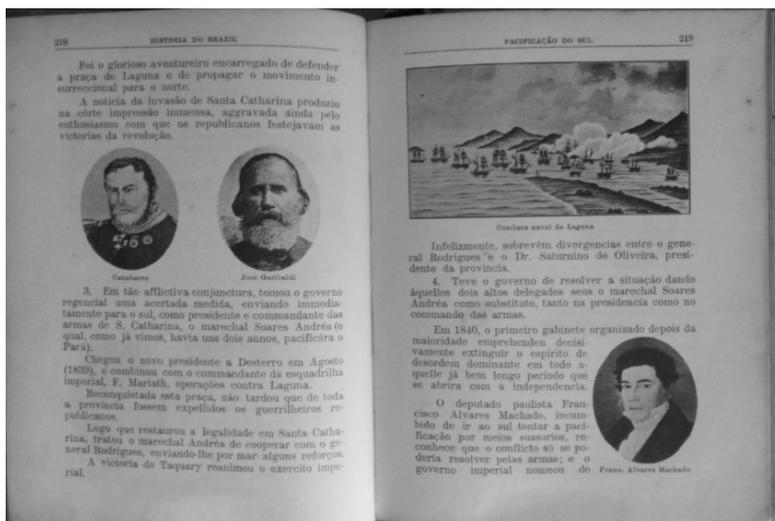


Figura V – Imagem das páginas 218 e 219 do livro “História do Brasil”, de Rocha Pombo, de 1918.

Fonte: Acervo LEH.

Na página 218 está o busto de David Canabarro, líder militar dos republicanos durante a Revolução Farroupilha, ao lado do busto do general José Garibaldi, episódio revolucionário que ocorreu no estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1835 e 1845. (Pesavento, 1980). O texto não faz referência aos nomes de Canabarro e Garibaldi na página em que estão as ilustrações, apenas a expressão “guerrilheiros republicanos” os caracteriza. Na página 219, um quadro ilustrativo traz a legenda “Combate naval da Laguna”, mas nenhuma citação direta a este combate é realizada no texto. Na mesma página observa-se o busto de Francisco Alvares Machado, que neste caso está localizado ao lado do texto que trata da atuação do político nas tratativas de pacificação da revolução. As demais páginas apresentam significativa semelhança em relação à distribuição e ao tamanho das imagens. Não resta dúvida de que a obra publicada em 1918 se diferencia pela quantidade de ilustrações que apresenta, contudo, é importante considerar também a relação que elas estabelecem com a narrativa, para validar a função das mesmas enquanto texto imagético. Conforme Bittencourt (2015), embora as questões técnicas de fabricação da obra e o caráter mercadológico do livro sejam relevantes no processo de escolha e inserção das imagens, a proposta teórico-pedagógica para o ensino de história contribuía significativamente nesse sentido:

Como a História Política ensinada optou, até os anos 60, por biografar os feitos dos chefes políticos, reis e presidentes republicanos, seus retratos constituíram-se em uma espécie de galeria de pessoas ilustres com características aristocráticas. Essa sequência de personagens era exposta em uma cadeia cronológica que, longe de explicar o período inicial da República brasileira, acabava servindo para os alunos exercitarem a arte da caricatura, acrescentando bigodes, cavanhaques ou outros adereços aos sisudos figurantes colocados no meio de textos que exaltavam suas realizações administrativas. (Bittencourt, 2015: 79).

Ainda, segundo Circe Bittencourt (1993), embora tenha havido significativa presença portuguesa na produção e comércio de livros brasileiros, o estilo de composição do livro didático brasileiro foi dado pelas casas editoriais francesas, inclusive no caso das ilustrações. Até o início do século XX, obras produzidas no Brasil eram impressas em tipografias parisienses, fortalecendo a influência francesa na confecção dos impressos didáticos, com destaque para o modelo *in octavo*, lançado na França por Calmann-Levy. Contudo, a influência estrangeira correspondia não apenas ao formato do livro didático, como também ao propósito pedagógico para o qual ele respondia.

A análise do conjunto de 150 obras didáticas permite observar que havia consonância entre a materialidade do suporte dos textos e a proposta pedagógica para o ensino da disciplina de história. Mesmo considerando os escassos recursos técnicos de produção gráfica das obras no período, e sendo os livros mercadorias que precisam adequar-se ao valor de mercado (aspectos que limitavam a maior elaboração visual dos livros), também se torna relevante compreender que ao produzir uma obra o autor-editor tem um leitor-visado, neste caso, o professor e o aluno e o modelo de escola para o qual o livro direciona-se.

Bittencourt (1993), ao referir-se à produção e ao uso dos livros didáticos do final do século XIX e início do século XX, afirma que esses desempenhavam o papel de homogeneizar o saber escolar e reforçavam os métodos de ensino, que tinham como propósito a memorização de conteúdo específico, que deveria ser repetido oralmente diante da classe, inculcando um conhecimento superficial, informações breves e pontuais, que privilegiavam datas, nomes e fatos históricos.

A prática mais comum na utilização do livro didático parece ter sido, no entanto, a do ditado. Os professores liam os livros, selecionando trechos que eram "ditados" para seus alunos, valendo-se dessa atividade como meio de exercitar a escrita, mas que servia igualmente para ter um texto único a ser "estudado". (Bittencourt, 1993: 335).

Uma prática pedagógica que impedia dúvida e problematização do conhecimento, voltada à memorização de fatos, datas e nomes. A esse propósito parece que os livros didáticos também respondiam em sua forma física, com textos pequenos, sucintos e objetivos, que se ajustavam ao formato de livros pequenos em tamanho e número de páginas. Assim, embora se leve em consideração os recursos tipográficos disponíveis do período, houve uma conformidade entre materialidade e a proposta pedagógica dos livros didáticos de história no decorrer de várias décadas, uma vez que a tipografia e a paginação compõem o discurso didático de um livro escolar tanto quanto o texto ou as ilustrações. (Choppin, 2004: 559).

Considerações Finais

A partir da década de 1970 ocorrem mudanças importantes na produção de livros didáticos no Brasil. Conforme Batista (2009), as condições para a nova fase estão ancoradas em três principais aspectos: as questões de ordem econômica e tecnológica, as concepções educacional e pedagógica, e as de ordem social e política. Esse conjunto de fatores contribuiu para mudanças na visualidade das obras didáticas: o formato do livro aumenta, a qualidade da impressão torna-se superior e os livros passam a apresentar mais imagens, bem como o uso de cores nelas e nos textos, passando a organização destes a ser em colunas, entre outras modificações perceptíveis apenas ao olhar.

Segundo Moraes (2010), até o final da década de 1960 o livro escolar brasileiro era, em sua maioria, produzido dentro dos padrões técnicos e visuais da indústria livreira tradicional. Só a partir do início da década seguinte passa a ocorrer preocupação com os aspectos da visualidade, por profissionais com formação específica da área de comunicação e design, o que é decorrente do crescimento e da modernização da indústria gráfica nacional. O aumento no parque industrial das editoras e a ampliação da publicação de didáticos estão relacionados também à expansão da rede de ensino pública e dos programas de assistência estudantil (Krafzik, 2006; Vahl, 2014). Assim, as alterações com relação ao livro didático combinam aspectos de ordem técnica com questões de ordem social e política, sem que se possa

desconsiderar as discussões teórico–metodológicas que envolvem as novas concepções para o ensino da história. No final do dos anos 1970, a história ensinada passou a ser repensada contemplando anseios relacionados à construção, ou reconstrução, da democracia no Brasil. A história escolar deveria ter por princípio a formação de um indivíduo crítico, que reconhecesse os conflitos sociais e os diferentes agentes da história social, rompendo com os pressupostos da história tradicional. Assim, uma combinação de fatores resulta em transformações na organização e na materialidade dos livros didáticos de modo geral, que alteram a sua função também no cotidiano da sala de aula, uma vez que se tornam ferramenta de trabalho direcionado especialmente para os alunos, inclusive com a introdução de atividades a serem desenvolvidas por estes. Para Soares as alterações que se identifica subjacente aos livros didáticos, revelam um movimento histórico em relação a concepção do que significa ser professor: “um profissional que vai sendo considerado, ao longo do tempo, cada vez menos capaz de assumir autonomamente a ação docente, num movimento em que a profissão ‘professor’ vai-se transformando em trabalho e o profissional, em trabalhador”. (Soares, 2009: 33).

Tais considerações auxiliam para compreensão de que as investigações que envolvem o livro didático como fonte e objeto de pesquisa requerem o olhar atento a diferentes dimensões acerca da produção, circulação e usos destes materiais que são parte importante da cultura escolar. A análise da materialidade do suporte textual do livro responde também às práticas de ensino aprendizagem, aos modos de ler, aos projetos educacionais, entre outros aspectos que não foram explorados à exaustão neste texto. Contudo, a análise dos livros didáticos em uma perspectiva histórica indica para aspectos técnicos decorrentes da produção gráfica que, por sua vez, respondem a modos de apropriação da obra que dialogam com as propostas de ensino–aprendizagem para um determinado público escolar. Aspectos que indicam as diversas dimensões e a complexidade do livro didático enquanto fonte e objeto de pesquisa.

Correctora de Estilo: Dra. Deize Amorim.

Referências

- Batista, A. A. G. (1999), “Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos” em M. Abreu (org.), *Leitura, história e história da leitura*, Campinas, São Paulo, Mercado de Letras/ALB/FAPESP, pp. 529–575.
- Batista, Antônio Augusto Gomes (2009), “O conceito de “livros didáticos” em A. A. G. Batista y A. M. de O. Galvão (orgs.), *Livros escolares e de leitura no Brasil: elementos para uma história*, Campinas, Mercado de Letras, p.41–76.

- Bittencourt, Circe Maria Fernandes (1993), "Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar", tese de doutorado, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.
- Bittencourt, Circe Maria Fernandes (2015), "Livros didáticos entre textos e imagens" en C. M. F. Bittencourt (org.), *O saber histórico na sala de aula*, 12ª edição, Contexto, São Paulo, pp. 69–90.
- Cardoso, R. (2005), "O início do design de livros no Brasil" en R. Cardoso, *O design brasileiro, antes do design: aspectos da história gráfica, 1870–1960*, Cosac Naify, São Paulo, pp. 160–196.
- Cassiano, Célia Cristina de Figueiredo (2013), *O mercado do Livro Didático no Brasil do século XXI*, Editora Unesp, São Paulo.
- Chartier, Roger (1990), *A história cultural: entre práticas e representações*, Lisboa, DIFEL, Bertrand, Rio de Janeiro.
- Chartier, Roger (2014), *A mão do autor e a mente do editor*, Editora Unesp, São Paulo.
- Choppin, Alain (2002), "O historiador e o livro escolar", Pelotas, Revista História da Educação, núm. 11, abril, pp. 5–24.
- Choppin, Alain (2004), "História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte", São Paulo, Revista Educação e Pesquisa, v. 30, núm. 3, set/dez, pp. 549–566.
- Darnton, Robert (1990), "O que é a história dos livros?" en R. Darnton (org.), *O beijo de Lamourette*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Fernández Cuesta, Raimundo (1998), *Clio en las aulas: la enseñanza de la Historia en España entre reformas, ilusiones y ruinas*, Akal, Madrid.
- Frade, Isabel Cristina Alves da Silva (2012), "As configurações gráficas de livros brasileiros e franceses para ensino da leitura e seus possíveis efeitos no uso dos impressos (séculos XIX e XX)", Campinas, São Paulo, Revista brasileira de História da Educação, v. 12, núm. 2 (29), maio/ago., p. 171–208.
- Frade, Isabel Cristina Alves da Silva & Maciel, Francisca Izabel Pereira (2006), "Cartilhas/impressos: perspectivas teórico-metodológicas de análise do texto e do paratexto e suas contribuições para a história da alfabetização e do livro" en *Anais do 6º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, p.3107–3122.
- Fraenkel, Beatrice (2010), "A pesquisa sobre os escritos do trabalho na interface entre linguística e antropologia" en M. Marinho y G. T. Carvalho (org.), *Cultura escrita e letramento*, Autêntica, Belo Horizonte.
- Fonseca, T. N. de L. (2011), *História & Ensino de História*, (3a ed.), Autêntica, Belo Horizonte.
- Krafzik, Maria Luiza (2006), *Acordo MEC/USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966–1971)*, dissertação Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Galvão, A. M.; Batista, A. A. G. (2014), *Manuais Escolares e pesquisa em História*, en C. G. Veiga, y T. N. L. Fonseca (orgs.), *História e Historiografia no Brasil*, Editora Autêntica, Belo Horizonte.
- Massone, Marisa (2018), "Mutaciones de los materiales y las prácticas de lectura en la enseñanza de la Historia hoy", Revista História Hoje, v. 7, núm. 14, jul/dez., pp. 133–157.
- Moraes, Didier Dominique Cerqueira Dias de (2010), *Visibilidade do livro didático no Brasil: o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980*, dissertação Mestrado em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Morais, Christianni Cardoso (2011), *Livros de uso escolar nas aulas públicas de Portugal e ultramar durante o período de atuação da Diretoria-Geral dos Estudos (1759–1771)*, en T. N. de L. Fonseca (org.), *As Reformas Pombalinas no Brasil*, Mazza Edições, Belo Horizonte.
- Munakata, Kazumi (1997), *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*, tese de doutorado em História e Filosofia da Educação, Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

- Munakata, Kazumi (2003), "Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade" en *Historia de las ideas, actores y instituciones educativas*, Memoria del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, CDROM, San Luis Potosí.
- Munakata, Kazumi (2012), "O livro didático: alguns temas de pesquisa", *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, núm. 3, set./dez., pp. 179-197.
- Pesavento, Sandra (1980), *República Velha Gaúcha: frigoríficos, charqueadas, criadores*, Editora Movimento, Porto Alegre.
- Ramil, Chris de Azevedo (2013), *A coleção didática Tapete Verde: do projeto à sua produção gráfica (década de 1970 – Rio Grande do Sul, dissertação Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.*
- Richaudeau, F. (1979), *Conception et production des manuels scolaires: guide pratique*, Unesco, Paris, França.
- Richaudeau, F. (1984), *La Lisibilité*, Retz, Paris, França.
- Vahl, Mônica Maciel (2014), *O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro – PLIDEF/INL (1971-1976): um estudo sobre as condições históricas e sociais e as paradas em jogo no campo*, dissertação Mestrado em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.